



1. CONTEXTO HISTÓRICO E OPERACIONAL

A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM é uma associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, fundada em 06/04/1867, e que atua com a finalidade principal de promover a saúde humana em todos os seus aspectos, abrangendo atendimentos médico, hospitalar, laboratorial e ambulatorial de alta complexidade, claramente refletida na sua missão de servir o ser humano na busca da restauração da saúde.

É composta pela unidade hospitalar HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM. É reconhecida como de utilidade pública pelas autoridades: FEDERAL Dec. 50.517/61, ESTADUAL Dec. 34709/1959 e MUNICIPAL Lei 1.042/1976, e entidade filantrópica pelo CNES nº 2088193. Conforme o Decreto nº 7.882, de 03/04/2019, da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim passou a ser administrada sob regime de Intervenção Municipal. A intervenção foi sucessivamente prorrogada e permanece vigente, atualmente respaldada pelo Decreto nº 9.622/2025. A medida, publicada pela prefeitura, estendeu a intervenção dos serviços e bens vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) até o dia 31 de dezembro de 2027.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DAS RECEITAS

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em observância Resolução CFC 1409/12 que aprovou a ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da entidade; a emissão das presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 22 de junho de 2026.

2.2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- **Ativo Circulante** - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.
- **Moeda de apresentação** – As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários.
- **Estoques** – Foram avaliados pelo custo de aquisição.
- **Contas a receber** – Estão representadas por valores a receber referente aos Convênios Municipais, Estaduais e Federais.
- **Ativo Não Circulante** - Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- **Passivo Circulante** - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.
- **Fornecedores** - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da nota fiscal, fatura ou do contrato correspondente.
- **Provisão de férias** - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- **Patrimônio Líquido** – É representado pelo patrimônio inicial da entidade, acrescido do superávit e ou diminuído do déficit apurados anualmente, conforme legislação em vigor.

3. ESTOQUE:

Em 31/12/2025 os estoques foram registrados no Ativo Circulante, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1). Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição conforme notas fiscais de compras, sendo alocados conforme tipo de item comprado. Essa alteração foi necessária para adequar-se as novas dinâmicas adotadas pela Administração da Entidade.

4. ATENDIMENTO AO CONVEIO SUS

NÚMERO DE ATENDIMENTOS		
VOLUME DE INTERNAÇÕES POR PACIENTES DIA		
DESCRIÇÃO	2024	2025
SUS	24.434	27.281
NÃO SUS	0	0
TOTAL	24.434	27.281
<i>Pacientes-dia anual</i>		
<i>(disponibilidade dos 28.548 28.470</i>		
<i>leitos: total dias ano x</i>		
<i>nº leitos)</i>		
UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		
DESCRIÇÃO	2024	2025
SUS	82.238	96.158
NÃO SUS	0	0
TOTAL	82.238	96.158

5. IMOBILIZADO:

Conforme as normas contábeis brasileiras (CPC 27 / IAS 16), o Ativo Imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (Impairment). A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos, pelas taxas permitidas pela legislação fiscal. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas evidências de perdas por Impairment nos ativos do imobilizado.

6. RECEITAS E DESPESAS:

As receitas e despesas da entidade são apuradas através de comprovantes hábeis, entre eles, avisos bancários, recibos, notas fiscais, contratos e em conformidade com as exigências legais.

7. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO:

Em cumprimento aos princípios da transparência e da evidência plena das informações contábeis, informa-se que, no período de referência, foram incluídos nos registros contábeis os valores relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), conforme previsto na legislação vigente.

7.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Em Janeiro de 2025, foi identificada a existência de débito junto à União, decorrente de FGTS a Pagar cujo valor total atualizado é de R\$ 4.024.985,43, conforme notificação emitida pelo órgão competente.

8. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

Para corrigir o registro e manter a integridade das demonstrações contábeis, procedeu-se, no exercício de 2025, ao reconhecimento de "Ajustes de Exercícios Anteriores" no Patrimônio Líquido, relativos a obrigações de convênios firmados com as esferas Municipal, Estadual e Federal, cujos fatos geradores pertencem a exercícios anteriores.

Os valores reconhecidos, segregados por esfera e por convênio, estão assim demonstrados:

Esfera	Convênio/Aditivo	Valor (R\$)
Municipal	Convênio 02/2024 Municipal	2.952.509,61
Municipal	Aditivo 01 ao Convênio 10/2023 Municipal	137.939,66
Estadual	Aditivo 03 ao Convênio 02/2024 Estadual	8.138,50
Estadual	Convênio 07/2024 Estadual	113.193,99
Estadual	Recurso de Convênio Estadual 01/2025 a Aplicar	2.397.532,11
Federal	Convênio 02/2024 Federal	1.894.502,81
	TOTAL GERAL	7.503.816,68

Tais ajustes foram efetuados com base na documentação hábil disponível e visam a adequada evidenciação das obrigações da entidade perante os órgãos convenientes.

9. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em levantamento atualizado enviado pelo departamento jurídico da Irmandade, a entidade procedeu, no exercício de 2025, ao reconhecimento contábil de passivos decorrentes de contingências trabalhistas, cíveis e obrigações junto ao Tribunal de Contas, cujos fatos geradores pertencem a períodos anteriores.

Em atendimento aos critérios estabelecidos pela NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, bem como pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, foram reconhecidas como provisões as contingências classificadas com perda provável, conforme avaliação jurídica, cujos valores puderam ser estimados com razoável segurança. Os registros foram efetuados diretamente no Patrimônio Líquido, em conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Os valores reconhecidos, segregados por origem (anterior ou posterior ao início da Intervenção Municipal, ocorrida em 03/04/2019), estão assim demonstrados:

Descrição	Anterior à Intervenção	Posterior à Intervenção	Total
Provisões Contingências Trabalhistas	246.037.312,79	53.482,57	246.090.795,36
Provisões Contingências Cíveis	39.190.387,91	15.000,00	39.205.387,91
Obrigações Tribunal de Contas	801.404,90	137.458,73	938.863,63
TOTAL GERAL	286.029.105,60	205.941,30	286.235.046,90

As provisões foram registradas no Passivo Não Circulante, considerando a natureza e o prazo estimado para desfecho dos processos.

Ressalta-se que tais registros impactaram significativamente o Patrimônio Líquido da entidade, refletindo de forma mais adequada sua real situação patrimonial e financeira. A Administração informa ainda que os valores reconhecidos se referem, em sua maioria, a obrigações originadas em gestões anteriores ao período de intervenção, estando devidamente evidenciados para fins de transparência e responsabilização.

10. PASSIVOS CONTINGENTES (PERDAS POSSÍVEIS)

A entidade possui processos judiciais de natureza trabalhista, cível e administrativa classificados pela assessoria jurídica como de perda possível, os quais, conforme previsto na NBC TG 25, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

Os referidos processos encontram-se em diferentes estágios processuais e, até a presente data, não apresentam elementos suficientes que justifiquem o reconhecimento de provisão, seja pela incerteza quanto ao desfecho, seja pela dificuldade de mensuração confiável.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento jurídico, os valores estimados das contingências classificadas como possíveis estão assim demonstrados:

Descrição	Valor (R\$)
Contingências trabalhistas (perda possível)	494.513,30
Contingências cíveis (perda possível)	5.194.083,20
Total Estimado	5.688.596,50

A Administração acompanha continuamente a evolução desses processos e revisa periodicamente as avaliações de risco, podendo proceder ao reconhecimento contábil de provisões caso haja alteração na classificação de probabilidade de perda ou maior confiabilidade na estimativa dos valores envolvidos.

Ressalta-se que tais valores não impactam, neste momento, as demonstrações contábeis, mas representam potenciais riscos futuros que podem afetar a situação patrimonial da entidade.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES:

A entidade não registrou nenhum evento subsequente relevante que demandasse a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

12. APLICAÇÃO DO RECURSO:

Os recursos foram aplicados com base nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência, conforme previsto no plano de trabalho. Todos os documentos comprobatórios estão devidamente organizados e disponíveis para consulta pelos órgãos de controle e fiscalização.

Mauro Nunes Júnior

Interventor

CPF 096.863.328-55

Dirceu Henrique Trilha

Contador

TC CRC 1SP 065.946/O-7